

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
UNIDADE UNIVERSIDADE EM PORTO ALEGRE
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS: HABILITAÇÃO EM LÍNGUA
PORTUGUESA E LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA**

NATHALIE BARBOZA REIS

REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO POPULAR NO ENSINO REGULAR

PORTO ALEGRE

2022

NATHALIE BARBOZA REIS

REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO POPULAR NO ENSINO REGULAR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Curso de Graduação em Letras – Licenciatura em Língua Portuguesa e Literatura de Língua Portuguesa, como requisito parcial para a obtenção do título de licenciada na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^a Dra. Martha Marlene Wankler Hoppe

PORTO ALEGRE

2022

NATHALIE BARBOZA REIS

REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO POPULAR NO ENSINO REGULAR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Curso de Graduação em Letras – Licenciatura em Língua Portuguesa e Literatura de Língua Portuguesa, como requisito parcial para a obtenção do título de licenciada na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^a Dra. Martha Marlene Wankler Hoppe

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^a Dra. Martha Marlene Wankler Hoppe
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS

Prof.^a Dra. Sita Mara Lopes Sant'Anna
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS

Prof.^a Dra. Magali de Moraes Menti
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS

PORTO ALEGRE

2022

“Me movo como educador, porque, primeiro, me movo como gente.”

(Paulo Freire)

AGRADECIMENTOS

Acredito que a vida seja feita de oportunidades, de portas que se abrem e fecham a todo instante, por vezes entramos, por outras deixamos passar. Durante muito tempo acreditei não ser possível traçar um caminho acadêmico, por questão de ordem maior, me incluí no mercado de trabalho desde cedo e a perspectiva de cursar o ensino superior era distante demais da minha realidade.

Por isso inicio meus agradecimentos a Sâmia, companheira para vida toda, e que acreditou em mim desde o início, quando nem eu mesmo acreditava. Me acolheu e impulsionou a ir além, ser mais, abrindo a primeira porta para essa trajetória toda: a entrada no universo acadêmico.

Ao longo deste caminho tive pessoas que me fortaleceram e estiveram ao meu lado, assim, acredito ser importante serem citadas aqui, e lembradas sempre.

Agradeço ao professor Devair Fiorotti, que no começo da minha vida acadêmica apostou em mim, acreditando no meu potencial e proporcionando diversas experiências, que construíram meus ideais e refletem em quem eu sou hoje. Devair foi meu professor, meu coordenador, meu amigo, e por vezes até meu pai. Me mostrou tantos caminhos, tantas possibilidades, que ampliou meus olhares para outros mundos. Na busca por uma educação mais humanizada e próxima das diferentes realidades, me apresentou a Educação Popular e, se hoje luto e pesquiso sobre o assunto, foi graças a tudo que ele me mostrou e ensinou.

Aos meus colegas de curso, meus agradecimentos por traçarem juntos esse percurso tão difícil e exaustivo, em especial à Luísa, que durante todas as experiências supervisionadas na universidade me acompanhou como dupla, sendo minha fiel escudeira.

Agradeço a minha família, por ter me dado uma criação "fora da curva", proporcionando um crescimento tão cheio de insumos culturais e diferentes visões. Bagagens ancestrais que carrego comigo e me compõe nos traços identitários.

Aos meus amigos todos, agradeço por segurarem minha barra nos piores momentos, de insegurança e ansiedade. Esse acolhimento foi fundamental para seguir de pé e não fraquejar. Minhas válvulas de escape.

Não posso deixar de agradecer muitíssimo à minha companheira e namorada Gabriela, que esteve de maneira mais íntima nesse processo todo. Compartilhando seus saberes, buscando soluções e fervilhando ainda mais minhas inquietudes.

Nossas partilhas diárias sobre casos e acasos da vida profissional, e, também pessoal, foram combustível para seguir nesse tema de pesquisa.

E por fim, meus agradecimentos a professora e orientadora deste trabalho, Martha Hoppe, pessoa a qual tenho profunda admiração. Gratidão por embarcar nas minhas loucuras, pela paciência e maestria nas sugestões para desenvolvimento desta pesquisa.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo refletir sobre a Educação Popular e suas contribuições para as práticas pedagógicas no Ensino Regular. Para fins de cumprir com este objetivo, percorro brevemente a história da educação e como se deu no Brasil. Também percorro a história da Educação Popular na intenção de resgatar saberes ancestrais, como a memória e a oralidade, que muito tem para contribuir na educação tradicional. Desde a Grécia antiga, os métodos de ensino estão vinculados às necessidades da sociedade, que já variaram conforme o contexto histórico vigente de cada época. Em muitos momentos se reproduziu um ensino mecanizado, em prol da indústria e da produtividade, já em outros, a educação foi mais vinculada aos movimentos sociais e às camadas emergentes. A metodologia utilizada nessa pesquisa foi qualitativa e bibliográfica. Utilizei como referência livros e artigos que contextualizam a história da educação, como também, teóricos que questionam os modelos vigentes. Os principais pensadores que nortearam esse estudo formam: Aranha (2006), Freire (1979, 1981, 1992, 2001 e 2002), Gadotti (1993) e Saviani (2000, 2008). A partir dessa pesquisa, viso ampliar as possibilidades no campo educativo, utilizando os pressupostos da Educação Popular, proporcionando a construção de um novo modelo escolar contra hegemônico, baseado em novas relações. Para isso, é preciso acompanhar as transformações do mundo, e é papel da escola caminhar junto do progresso e democratização, acolhendo as diversas camadas sociais. Ao final deste trabalho concluo que as matrizes que fundamentam a Educação Popular são baseadas nas necessidades e interesses dos sujeitos, tendo como base o diálogo, e que promove um aprendizado mais significativo. Dessa forma é necessário refletir sobre as práticas educativas aplicadas nas salas de aula, para que a educação seja um instrumento de transformação, e de não domesticação. Abordando cada vez mais temas universais, nacionais e regionais, que dialoguem com a cultura dos diversos sujeitos encontrados na sala de aula.

Palavras-chaves: Educação Popular. Ensino Regular. Humanização. Emancipação

ABSTRACT

This course conclusion work aims to reflect on Popular Education and its contributions to pedagogical practices in Regular Education. In order to fulfill this objective, I briefly cover the history of education and how it happened in Brazil. I also go through the history of Popular Education with the intention of rescuing ancestral knowledge, such as memory and orality, which have much to contribute to traditional education. Since ancient Greece, teaching methods have been linked to the needs of society, which have already varied according to the current historical context of each era. In many moments, mechanized teaching was reproduced, in favor of industry and productivity, while in others, education was more linked to social movements, and to the emerging layers. The methodology used in this research was qualitative and bibliographic. I used as a reference books and articles that contextualize the history of education, as well as theorists who question the current models. The main thinkers who guided this study are: Aranha (2006), Freire (1979, 1981, 1992, 2001 e 2002), Gadotti (1993) and Saviani (2000, 2008). From this research, I aim to expand the possibilities in the educational field, using the assumptions of Popular Education, providing the construction of a new school model against hegemonic, based on new relationships. For this, it is necessary to accompany the changes in the world, and it is the role of the school to walk together with progress and democratization, welcoming the various social strata. At the end of this work, I conclude that the matrices that underlie Popular Education are based on the needs and interests of the subjects, based on dialogue, and that it promotes more meaningful learning. Thus, it is necessary to reflect on the educational practices applied in classrooms, so that education is an instrument of transformation, not domestication. Addressing more and more universal, national and regional themes, which dialogue with the culture of the various subjects found in the classroom.

Keywords: Popular Education. Regular education. Humanization. Emancipation

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 OBJETIVOS	11
2.1 OBJETIVOS GERAIS	11
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	11
3 REFERENCIAL TEÓRICO	12
3.1 EDUCAÇÃO: DOS PRIMÓRDIOS ATÉ HOJE EM DIA	12
3.2 ESPAÇOS ESCOLARES - O NASCIMENTO DA ESCOLA	14
3.4 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL	16
4 METODOLOGIA	20
5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS	21
5.1 EDUCAÇÃO POPULAR: RAÍZES HISTÓRICAS	21
5.2 EDUCAÇÃO POPULAR: UM RESGATE DA MEMÓRIA E ORALIDADE	24
5.3 UMA LUZ NO FIM DO TÚNEL: CONTRIBUIÇÕES PARA O ENSINO REGULAR	26
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	31

1 INTRODUÇÃO

A aproximação com o tema que busco discutir neste trabalho se deu ao longo de minha trajetória acadêmica. Desde o começo tive a oportunidade de me envolver em espaços de educação e ensino que rompem as formas tradicionais e normativas, e isso me impulsionou pesquisar cada vez mais sobre este assunto. Iniciei o curso de Letras na UERR (Universidade Estadual do Estado de Roraima), na sede situada em Pacaraima, município com cerca de 9 mil habitantes, onde fui bolsista por 2 anos no Projeto de Letramento Guariba. Este projeto pertencente à universidade, tinha parceria com a escola municipal da comunidade indígena Sorocaima II, próxima do município. Atuando no projeto pude ver a educação sob outra perspectiva, mais humanizada, afetiva, emancipatória em sintonia com a realidade daquelas populações.

O envolvimento e interesse só aumentaram ao longo das experiências e vivências. Retornando para o estado, fiz transferência para a UERGS (Universidade Estadual do Rio Grande do Sul), onde pude seguir caminhando rumo a uma educação mais humanizada. Nas disciplinas de Educação, ministradas no curso, foi possível conhecer um pouco mais sobre a Educação Popular, e seus pressupostos, assim como vários autores que me auxiliaram na construção desta pesquisa. Esses conhecimentos sobre a Educação Popular, me oportunizaram a inserção em espaços de educação não formal, onde sigo aprofundando os conhecimentos vistos na teoria, e aplicando-os nas práticas pedagógicas.

Na Escola CMET Paulo Freire, onde atuei como bolsista do PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência), tive a oportunidade de vivenciar um modelo de educação diferente dos vistos anteriormente, durante a vida de estudante. A escola é dedicada ao Ensino Fundamental de jovens e adultos, e traz nas suas bases teóricas as ideias de Paulo Freire, colocando na sua atuação uma educação muito mais vinculada à realidade dos sujeitos, humanizando as práticas e proporcionando um ensino/aprendizagem mais efetivo.

Fora do ambiente acadêmico minhas buscas por inclusão no mercado de trabalho também foram vinculadas à Educação Popular, assim iniciei no CPIJ (Centro de Promoção a Infância e Juventude), espaço de educação não formal, que trabalha

com crianças e jovens no contraturno das escolas municipais e estaduais. Nesse espaço desenvolvi como docente os conhecimentos que, até então, estavam só nas práticas supervisionadas dentro da universidade. As propostas educativas do espaço CPIJ, oferecem um aprendizado que respeita as diferenças dos sujeitos inseridos, proporcionando práticas diferenciadas, percorrendo assuntos transversais como: cidadania, cultura, sexualidade, mas principalmente dando voz e protagonismo aos sujeitos.

Outra experiência que fortaleceu ainda mais meu vínculo com a Educação Popular, foi no estágio supervisionado, na Escola de Ensino Fundamental Porto Alegre (EPA), que atende jovens e adultos em situação de extrema vulnerabilidade social. O trabalho feito pelos educadores vai além da prática humanizada e emancipatória; o afeto e carinho são um fio condutor essencial para a efetividade do aprendizado. Apesar da aproximação com a realidade dos diferentes sujeitos inseridos na escola não ser uma tarefa fácil, pois lidamos com moradores de rua, ela é importantíssima. Em razão de que a linguagem usada para abordar esses sujeitos precisa ser mais informal, é necessário que o educador possa reconhecer as condições de cada um, e assim oferecer práticas educativas que estejam mais em conformidade com o modo de vida dos sujeitos, qualificando o ensino/aprendizagem. A partir dessa vivência, pude ter clareza das contribuições que a Educação Popular traz para o ensino regular, aproximando as camadas populares da escola.

Ao longo da vida acadêmica nutri cada vez mais esse carinho pela Educação Popular, a cada nova experiência na área pude absorver outras formas de ensinar e aprender, e ver a educação sob uma nova perspectiva. Por isso acredito que esta pesquisa seja de extrema importância para uma reflexão sobre as práticas educativas nas salas de aula, que ainda se baseiam em um ensino tecnicista e excludente, que afasta os sujeitos da escola e não possibilitam um aprendizado efetivo e qualificado. Precisamos olhar para a educação de outra forma, aproximar as novas realidades e reformular as práticas propostas para os diferentes sujeitos inseridos.

2 OBJETIVOS

2.1 GERAIS

- Investigar a base conceitual da Educação Popular e sua história no Brasil, e como se relaciona com o ensino regular atual.

2.2 ESPECÍFICOS

- Apresentar um panorama histórico da educação no Brasil e da Educação Popular;
- Refletir sobre as práticas educativas do ensino regular e popular;
- Analisar possíveis processos metodológicos e estratégias para uma maior reflexão e transformação das práticas;
- Visibilizar diferentes processos de humanização dentro das práticas pedagógicas.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Nestes próximos capítulos serão apresentados alguns conceitos em torno da educação, um panorama geral de sua criação e evolução até chegar aos padrões utilizados nos dias de hoje.

Sabemos que a educação é advinda dos primórdios da existência humana e se estende até os dias atuais, com poucas modificações em seu formato, e com isso é possível levantar algumas reflexões sobre as práticas pedagógicas usadas, e possíveis resgates ancestrais, saberes populares, afim de (re)pensar e facilitar o processo de ensino.

3.1 EDUCAÇÃO: DOS PRIMÓRDIOS ATÉ HOJE EM DIA

*Desde os primórdios
Até hoje em dia
O homem ainda faz
O que o macaco fazia
Eu não trabalhava
Eu não sabia
Que o homem criava
E também destruía
Homem primata
Capitalismo selvagem
Titãs*

Inicialmente o processo de ensino-aprendizagem se dava no cotidiano, sem espaços formais para tais eventos. Por meio das trocas de vivências, experiências e observações, o conhecimento era passado nas relações de convívio em grupo, a educação se desenvolvia de forma difusa no funcionamento orgânico da sociedade. Segundo o pensamento de Aranha (2006), nas primeiras sociedades os mitos e ritos eram transmitidos oralmente, e a tradição se perpetuava por meio da crença. A educação informal, primordialmente, ocorreu no berço familiar, desde o nascimento até o fim da vida, desenvolvendo diferentes aprendizados e saberes, que de geração em geração eram repassados. Esses tipos de aprendizado, caracterizado pela

oralidade e pelo hábito, não estão dentro de padrões atuais, mas ainda estão vigentes. Não havia um espaço específico para esse aprendizado ser repassado, e à medida que estes agrupamentos cresciam, a organização de sujeitos responsáveis por essa transmissão de conhecimento e heranças culturais, também aumentava. Os agentes educadores eram os avós, pais, vizinhos, e atuavam em espaços sociais onde a interação se dava em massa, e a todo evento rotineiro.

Desde a evolução da sociedade da Grécia Antiga ao Renascimento, a educação começou a sofrer mudanças e revoluções, e mirando na formação de cidadãos capazes de exercer o papel ativo na sociedade, criou-se dois modelos educacionais que se contrastavam: o espartano e o ateniense.

Em Esparta, o mítico Licurgo que ditou as regras políticas, destinou os saberes exclusivamente às crianças do sexo masculino, que eram tiradas de suas famílias e inseridas em escolas-ginásio. Nesses espaços recebiam formação com forte espírito militar, dura disciplina e comportamento, através do exercício físico para o favorecimento da força e coragem. Já em Atenas podemos analisar os primeiros espaços para reflexão e debate, com diferentes concepções. A formação era mais humana e nutrida pelas diversas experiências, expondo os cidadãos a saberes de oratória, filosofia e literatura. Atenas exerce um influxo sobre toda a Grécia: desenvolveu uma sociedade culta, que conhecesse a escrita, e assim afirmou-se como um ideal de formação e civilidade.

Esse modelo de educação deixa de ser suficiente e a partir do século V a.C, quando começa a exigir-se mais dos sujeitos, nascendo assim um modelo ideal chamado Paideia. Esse ensino é voltado às crianças e tem como objetivo transformá-las em homens e cidadãos da polis. Platão define "(...) a essência de toda a verdadeira educação ou Paideia é a que dá ao homem o desejo e a ânsia de se tornar um cidadão perfeito e o ensina a mandar e a obedecer, tendo a justiça como fundamento" (in JAEGER, 1995, p.147).

A Paideia tem como conceito algo abrangente, que não utiliza unicamente uma técnica para preparar a criança para a vida adulta, mas sim um montante de processos educativos que se estendem, além dos anos escolares, para toda vida. Primeiramente o ensino era destinado apenas aos homens, da mais alta nobreza, pois acreditava-se que educar era extrair da alma aquilo que já estava lá; tratava-se de um determinismo

da alma intelectual. Logo após, esta noção foi conceituada como inatismo pedagógico, ou seja, a teoria que acredita que as pessoas já nascem com a capacidade de aprender as virtudes da Paideia.

Chegando a Idade Média, temos o nascimento dos mosteiros, novos responsáveis pela organização do ensino. Destinado ainda a um público seletivo, os estudos eram ligados à religião, e a teoria da educação antiga da Paideia Grega passa a vivenciar a Paidéia cristã. Assim o Cristianismo inaugura uma concepção da dignidade humana e oferece o acesso à educação a todos.

Com parte da população ainda não possuindo habilidades básicas, como: ler, escrever e calcular, o comércio começou a se expandir e a necessidade de investimento em instituições próprias para ensino cresceu. O desenvolvimento da escola como instituição de ensino passa a se vincular intimamente à burguesia e ao capitalismo, pois educação, neste momento, também se torna necessidade das massas trabalhadoras (ARANHA, 2006).

3.2 ESPAÇOS ESCOLARES - O NASCIMENTO DA ESCOLA

A educação sempre esteve presente na sociedade, primeiramente informal, sendo mediada por diversas instâncias como: família, igreja, trabalho, lazer e, posteriormente, regulamentada, como veremos a seguir. Não há como fugir desse processo educacional, em todos os espaços sociais somos expostos a uma interação, a uma mistura de aprender, ensinar e aprender-ensinar, porém com o avanço da sociedade, e as novas demandas socioeconômicas, essas práticas foram se modificando e se adequando às necessidades vigentes.

A origem da palavra escola no latim é *schola*, e grego *scholé*, que trazem o conceito de lugar de descanso (ócio), propondo uma ideia de lazer, tempo livre, relacionando esse aprendizado com os interesses individuais do sujeito, distanciando-se das obrigações e regulamentações. Portanto a escola, nesse período, não se caracterizava como um instrumento de ação educacional, e sim uma formação integral do homem (VESCHI, 2019).

A partir da Idade Média surgiu o primeiro modelo institucionalizado de escola, que se assemelha ao modelo atual que conhecemos. No século XVI e XVII se dá as

primeiras formações de escolas fundadas pelas ordens religiosas, que disponham de tempo integral das crianças. Sua formação era rígida, com base nos valores e códigos de conduta, profundamente influenciados pelo pensamento religioso. Para Aranha (2006, p. 73) “Desse modo, a educação se esforçará por disciplinar a criança e inculcar-lhe regra de conduta. Para melhor submetê-la aos rigores de hierarquia e aprendizagem da obediência, intensifica-se o uso de castigos corporais.”

A vigilância era constante e esse modelo de escola burguesa não se aproximava dos interesses da criança, ao invés disso, procurava controlar o tempo todo seus impulsos naturais, impondo o ensino das virtudes morais consideradas adequadas à nova sociedade. Essas instalações dos novos modelos de escola contaram com a contribuição dos jesuítas, cujos internatos se espalharam por toda Europa.

O acesso à educação ainda era elitizado, e os nobres só se ocupavam em aumentar as riquezas, se preocupando pouco com questões culturais. Com o rápido desenvolvimento do comércio, as necessidades de leitura e escrita apareceram, estimulando novas práticas de ensino, voltadas aos interesses das classes emergentes, ligando diretamente o desenvolvimento da educação ao capitalismo.

Analisando essas mudanças que ocorreram ao longo do tempo, e as relações entre corpo e o poder, vigilância e punição, é que o filósofo francês Michel Foucault começou a discutir a existência de uma sociedade disciplinar, que no final do século XVIII passou a ser relacionada a escolas e prisões, e que contribuem para esse controle e docilização dos corpos. Essas transformações no espaço começam a se relacionar com o poder/saber e acaba por se inscrever em uma sociedade, que cada vez mais, exige corpos produtivos.

Pouco a pouco – mas principalmente depois de 1762 – o espaço escolar se desdobra; a classe torna-se homogênea, ela agora só se compõe de elementos individuais que vêm se colocar uns ao lado dos outros sob os olhares do mestre. A ordenação por fileiras, no século XVIII, começa a definir a grande forma de repartição dos indivíduos na ordem escolar: filas de alunos na sala, nos corredores, nos pátios; colocação atribuída a cada um em relação a cada tarefa e cada prova; colocação que ele obtém de semana a semana, de mês em mês, de ano em ano; [...] ele se desloca o tempo todo numa série de casas; umas ideais, que marcam uma hierarquia do saber ou das capacidades, outras devendo traduzir materialmente no espaço da classe ou do colégio essa repartição de valores ou dos méritos. Movimento perpétuo, onde os indivíduos substituem uns aos outros, num espaço escondido por intervalos alinhados (FOUCAULT, 2004, p.125).

A disciplina é um instrumento de organização e de exercício do poder, e é papel da escola tentar formar cidadãos que aceitem as regras e que também funcionem como reprodutores de tal estrutura, segundo Foucault (2004, p.126) “as disciplinas fabricam indivíduos”, produzindo-lhes identidades igualitárias, deixando-os mais atingíveis à ação do poder.

Como aponta Gadotti (1993), em 1893 foi o início de algumas revoluções na educação primária na França, conseqüentemente no mundo, que instituiu a obrigatoriedade de uma escola primária para mais de 500 habitantes. Mas logo após sofreu algumas alterações pelo ministro da educação, com a Lei Falloux, que faz a primeira distinção entre educação pública e privada, e Lei Ferry que estabeleceu a educação laica, para crianças de 3 a 6 anos. Foi no século XIX que começamos a ter um modelo de escola semelhante ao que entendemos hoje.

A Revolução Francesa tentou plasmar o educando a partir da consciência de classe que era o centro do conteúdo programático. A burguesia tinha clareza do que queria da educação: trabalhadores com formação de cidadãos partícipes de uma nova sociedade liberal e democrática. (GADOTTI, 1993, p. 89)

Com isso, a educação vem traçando seus caminhos de transformações ao longo de cada ano, nas diferentes tentativas de adequar espaços e práticas aos sujeitos inseridos, movida e impulsionada pelos interesses sociais vigentes de sua época. Mesmo com muitas mudanças, ainda hoje podemos ver certas premissas permanentes: aprender é trabalho duro; é algo que os sujeitos precisam ser forçados a fazer, não algo que irá acontecer naturalmente através de suas escolhas. E com essas ultrapassadas premissas a escola se constitui e a educação vem caminhando a passos tortos, junto com a sociedade que cada vez mais evolui e se modifica.

3.3 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Recapitulando um pouco a história do Brasil, tivemos como primeiro processo civilizatório e educacional a catequização dos índios pelos Portugueses, que ao explorarem o território brasileiro, objetivavam, assim como os métodos na Europa, introduzir e fazer reproduzir elementos capitalistas como a noção de divisão racional do espaço, do tempo e do trabalho. Com isso os hábitos culturais, e saberes dos indígenas foram substituídos por padronização e rotinização do tempo e espaço.

Xavier (1994) aponta os elementos compreendidos como necessário para a instrução dos indígenas:

A leitura, a escrita e o cálculo eram, de fato, os conteúdos próprios para a instrução, que davam base para a compreensão das Sagradas Escrituras. Ter acesso aos catecismos, livros, cantos religiosos, realizar o complicado cálculo dos dias e das festas religiosas, entender e acompanhar ativamente os ritos e os sacramentos era tudo o que se esperava da instrução dos gentios. Isso os civilizava, pacificava, transformando-os em súditos da Coroa e “filhos de Deus” (p.43).

Com a saída dos jesuítas, no final do século XVII, a educação sofreu grandes impactos, deixando o país abandonado no ponto de vista educacional. A educação só retomou seus avanços com a chegada da Família Real, sendo impulsionada pelo governo de D. João VI, suprindo as necessidades da corte. A preocupação inicial não era formar críticos, filósofos, nem tão pouco cidadãos conscientes, mas pessoas preparadas para servir como mão de obra necessária à época (ROSSI; RODRIGUES; NEVES, 2009).

Após a Independência do Brasil, o caráter utilitário e profissionalizante implantado por D. João VI se perpetua, e começa-se a discutir as primeiras políticas públicas abordando o tema da educação popular, para todos. O resultado desses movimentos foi a lei de 15 de outubro de 1827, que determinou a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades. Depois de alguns anos, com a reforma constitucional Ato Adicional, houve uma descentralização das responsabilidades educacionais do governo, e ficou determinado que o ensino superior seria responsabilidade do poder central, e o ensino elementar, secundário e formação de professores, seria responsabilidade das províncias. Essa determinação se mantém, ainda nos dias de hoje.

Na década de 1920, surgiu o movimento Escola Nova, que propôs mudanças no ambiente escolar, trazendo o Estado como maior articulador das ideias e propostas, priorizando o ensino público e gratuito. Entretanto com a constituição de 1937, temos um Estado autoritário, que trouxe retrocessos nos avanços alcançados e volta a focar

na profissionalização e incentivo à educação privada, acentuando as diferenças de ensino entre as classes sociais.

Depois da queda do Estado Novo e seu sistema ditatorial, a Constituição de 1946 voltou a responsabilizar a educação ao Estado, mas ainda sim com participação privada, e sistematizou o ensino em duas coordenações, União e outra pelos Estados e Distrito Federal.

A educação passa a ser vista como instrumento de conscientização. A expressão “educação popular” assume, então, o sentido de uma educação do povo, pelo povo, para o povo, visando a controlá-lo, manipulá-lo, ajustá-lo à ordem existente. (SAVIANI, 2008, p. 317).

Em 1967, voltamos a um novo golpe de Estado. A educação passa por drásticas mudanças e o novo governo militar ditatorial se fixa: o ensino se volta, novamente, às necessidades capitalistas, a formação crítica e a aptidão cidadã dos alunos cai, dando lugar à formação e capacitação profissional. A meta consistia em priorizar a mão de obra para o desenvolvimento industrial, e as escolas se tornaram lugar de profissionalização e formação de cidadãos, trabalhadores e submissos aos interesses burgueses.

As reformas educacionais implantadas pelo governo militar começaram a enfrentar resistência de lideranças intelectuais. Com a Constituição de 1988, o ensino foi universalizado, voltando a dar foco às necessidades da população, e, mais uma vez, democratizando a educação. Em termos teórico-pedagógicos surgiram tentativas de elaborar propostas suscetíveis para orientar a prática educativa numa direção transformadora, porém na década de 90, com a ascensão do governo dito neoliberal, foram promovidas reformas educativas. Estas, entretanto, foram caracterizadas pelo conservadorismo, o que levou os movimentos progressistas, em contrapartida, a afirmarem a pedagogia histórico-crítica. Com isso, a educação passou de elemento socialmente determinado, a ser veiculada como determinante das relações sociais, sendo capaz de modificá-las pela força de seu intrínseco poder. (SAVIANI, 2000, p.13).

Com os caminhos da globalização, as transformações na educação foram necessárias, e os anos 90 foram marcados por reformulações no país. Nesse período destaca-se o alto índice de analfabetos adultos, e a centralidade da educação básica

se mostra fundamental para a recomposição da esfera educacional. Sob novas bases, a educação passa a apresentar uma existência estreita e vinculada com o desenvolvimento econômico. Importante salientar que a educação passa a ser vinculada também ao combate à pobreza, pois é considerada uma ameaça ao crescimento econômico. Com isso a ampliação da educação básica e para todos, começa a se reorganizar no país, trazendo novos questionamentos sobre suas finalidades iniciais, de aprender a fazer, vinculado diretamente às razões do mercado de trabalho.

O homem que se educa é aquele que aprende a aprender, aprende a se adaptar e mudar. No Brasil a educação começa a tomar rumos mais humanizados com a chegada de Paulo Freire, que tira o foco dos conteúdos para centrar-se nos sujeitos que estão inseridos na ação educativa. Sua preocupação com o processo educacional é voltada para, ainda, a desassociação existente nas propostas educacionais da época, que não consideravam as diferentes realidades dos sujeitos inseridos, e que afastavam cada vez mais as camadas populares do acesso à educação. Nomeou esta forma de ensino de Educação Bancária e criou estratégia para superar as limitações e entraves que este tipo de Educação promoveu. Para tanto, propõe deslocar o foco dos programas, dos conteúdos inertes e centrar-se nos seres humanos envolvidos na ação e nos processos de aprendizagens.

A prática educativa, reconhecendo-se como prática política, se recusa a deixar-se aprisionar na estreiteza burocrática de procedimentos escolarizantes. Lidando com o processo de conhecer, a prática educativa é tão interessada em possibilitar o ensino de conteúdos às pessoas quanto em sua conscientização (FREIRE, 1992a, p. 16).

Para Freire a escola é um instrumento de transformação social, e deve ser voltada a todas as camadas sociais, descentralizando a educação das camadas elitizadas, e detentores até então, dos saberes. As escolas públicas devem caminhar para a promoção da mudança social, e assim se inicia os debates sobre a escola como um espaço de valorização da educação popular, buscando responder às necessidades das camadas populares, propondo uma educação vertical e dialógica, com compromisso não só da leitura da palavra, mas da leitura do mundo.

4 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo com metodologia bibliográfica e qualitativa, que tem como objetivo investigar a base conceitual da educação popular e sua história no Brasil, como se relaciona com o ensino regular, e quais são as possíveis contribuições para as práticas educativas.

A opção pela pesquisa qualitativa se justifica pela sua capacidade de expressar as visões e as perspectivas dos sujeitos envolvidos no estudo e por contemplar aspectos contextuais, sociais, institucionais e ambientais em que as vidas dos sujeitos se desenvolvem. Os procedimentos de coleta de dados foram através das leituras bibliográficas, que elucidaram melhor as inquietudes já existentes e possibilitaram um embasamento teórico para a pesquisa, a qual é “desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2008. p.50).

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

Nos capítulos abaixo serão abordados conceitos sobre a Educação Popular, sua construção histórica, e o resgate da valorização da memória e oralidade, assim como possibilidades para um ensino mais contextualizado com os sujeitos inseridos, dando voz ao protagonismo de cada um. Assim viabilizando novos rumos para as práticas educativas em salas de aulas regulares, que ainda seguem os moldes tradicionais do ensino normativo, e que podem proporcionar um ensino mais humanizado e vinculado às realidades múltiplas encontradas no ensino básico.

5.1 EDUCAÇÃO POPULAR E SUAS RAÍZES HISTÓRICAS

Muitas são as definições e concepções quando falamos de Educação Popular, e ao longo dos anos, com a intensificação dos movimentos populares, a busca por uma clareza do conceito cresceu ainda mais. Começaremos definindo o termo “popular”, como sendo algo do povo, para o povo, e com esse conceito norteador, desbravamos um pouco da trajetória da educação popular, para assim entendermos melhor o que é, e para que(m) serve (ARANHA, 2006).

No fim da década de 40, a discussão sobre cultura e educação popular começou a se assentar com os movimentos pós-guerra. O Brasil ficou marcado pela aceleração do desenvolvimento econômico e a modernização, redemocratização do país e abertura para pensar em um novo formato de educação. Esse pensamento traz consigo novas necessidades como a alfabetização de adultos, jovens, homens e mulheres, tanto para o trabalho nas indústrias, como também para disputa política regional e nacional que estava latente na época. Segundo Xavier; Ribeiro; Noronha (1994), com o final da Segunda Guerra Mundial foi exposta a vitória dos ideais democráticos, possibilitando a ruptura dos padrões normativos e a inserção de debates sobre as classes populares, que trazia em suas demandas, a necessidade de inclusão na sociedade. A demanda por progresso social e econômico da nação levou a elaboração de estratégias para a equidade social e o combate à analfabetização. Assim, nos anos 60, com alta demanda em formar cidadãos funcionais para o mercado de trabalho, e sanar o problema central para o desenvolvimento pleno do Brasil, foi criado o Movimento de Educação de Base (MEB),

com apoio do governo federal. De acordo Beisiegel (1982), o programa tinha como preocupação o desenvolvimento de um processo educativo que atingisse áreas rurais e subdesenvolvidas, periféricas. A proposta de educação estava vinculada aos altos índices de analfabetismo das populações adultas nas regiões consideradas atrasadas e com baixo desenvolvimento econômico. No Rio de Janeiro também foi criado o Centro Popular de Cultura (CPC), uma organização com o objetivo de divulgar “a arte popular revolucionária”, gerenciada por um grupo de intelectuais de esquerda em associação com a União Nacional dos Estudantes (UNE).

A discussão política estava efervescente, o Brasil dual (moderno e atrasado), que trazia problemas em sua base educacional, recebeu forte influência dos movimentos da esquerda nos processos de mudança e transformação. Neste momento alguns educadores começaram a se preocupar com o enfoque de seu trabalho e os conteúdos transmitidos em sala de aula, propondo novas perspectivas educacionais com foco na promoção e na formação de pessoas críticas e conscientes, e não apenas reprodutoras de um sistema capitalista. Dentre essas novas concepções, encontramos Paulo Freire e seus ideais democráticos, o qual atrai vários adeptos, em prol de uma Educação popular que preconiza a conscientização e autonomia social (Pedagogia da Autonomia; Conscientização: teoria e prática da libertação).

Movimentos voltados à promoção da cultura começaram a surgir, impulsionados pelas transformações que aconteciam no Brasil. Com a coordenação de Paulo Freire, surge o Movimento de Cultura Popular de Recife (MCP), que tinha a intenção de levar a todos a cultura produzida pelo povo, resgatando o seu potencial criador ao unir a educação com a cultura popular. O propósito era reafirmar, na prática, que todo ser humano produz cultura na sua relação com o outro e com o mundo.

Este “movimento” reuniu professores e artistas. Ele não existia só nas escolas e nem era um trabalho só da educação [...] as pessoas que faziam o MCP queriam que tudo o que é bom, e está nas palavras, nas cantigas, e nas ideias que as pessoas criam, fosse levado para a gente pobre também (BRANDÃO, 2001, p. 35)

Com o desenvolvimento dos movimentos e a preocupação com o trabalho de conscientização dos sujeitos dentro de suas próprias realidades, Freire propôs uma educação para a liberdade, onde homens e mulheres se redescobriram como produtores de cultura, possibilitando a transformação através do seu potencial criador,

diminuindo a distância entre a educação e a vida dos sujeitos. Freire propunha a relação entre ser humano e mundo, não a memorização ou transmissão mecanizada das informações. Assim a Educação Popular se trata de uma educação com comprometimento e participação das camadas populares, o povo acolhendo as suas necessidades, referenciada na realidade dos sujeitos inseridos. Segundo Fasheh (1995), Educação Popular:

[...] tem como ponto de partida as condições e as experiências concretas das pessoas, especialmente das camadas oprimidas e excluídas da sociedade. Começa com aquilo que as pessoas têm, aquilo de que elas necessitam, o contexto social no qual vivem, as experiências pelas quais têm passado e as ações que podem levar a cabo para transformar suas condições de vida (p. 37).

O processo de ensino-aprendizagem é visto como um instrumento de transformação social, priorizando o empoderamento dos sujeitos, permeado por uma base política estimuladora e orientada por anseios de liberdade, justiça e igualdade. Diferente da Educação Tradicional, imposta e segregadora, a Educação Popular se baseia no saber da comunidade, considerando a cultura local dos participantes, e propondo como cenário principal as dinâmicas de interculturalidade. Assim proporciona a dialogicidade, caracterizada por este equilíbrio hierárquico que permite uma troca horizontal entre educador e educando, gerando processos de produção de conhecimentos e saberes de vida com sentido para a emancipação humana e social.

Em 1964, quando o país começava a dar sinais de mudança, ocorreu o golpe militar, instaurando um Regime Militar nacional. Com isso diversos movimentos sociais foram derrubados, e o poder se afastou ainda mais das camadas populares, impossibilitando qualquer tipo de participação social. O autoritarismo se instalou no Brasil e, para os militares, as ideias que vinham sendo difundidas nas práticas com a Educação Popular eram subversivas e a repressão atingiu sindicatos, universidades e espaços onde atuavam os professores, intelectuais e trabalhadores comprometidos nas causas populares. O intuito dessas intervenções militares era desarticular e desmobilizar esses grupos.

Conforme Stephanou e Bastos (2005), esse silenciamento das classes populares resultou, como resposta do governo militar, a criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), proposta para educação do país e que trazia concepções políticas e filosóficas contrárias à de Paulo Freire, promovendo o

individualismo e reforçando a adaptação ao modelo instalado, a modernização e o capitalismo. Assim os movimentos populares de resistência começaram a surgir no subterrâneo das ações militares, sem uma disputa aberta por projetos políticos e foi tomando força em Organizações Não-governamentais (ONGs) ou mesmo em trabalhos desenvolvidos pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), comunidades ligadas, principalmente, às Igrejas Católicas.

Em 1970 os movimentos sociais começaram a crescer novamente, o povo voltou às ruas e a busca por democracia e abertura política se espalhou pelo Brasil. Palavras como autonomia, liberdade de expressão, poder popular e democracia de base apontam para um novo momento. Uma série de iniciativas políticas, sociais, culturais e religiosas surgem, o trabalho educativo passa a ser visto também como resistência e contestação da ordem institucional e o método dialógico de Paulo Freire vem para transformar a Educação e a escola, com instrumentos de apropriação do saber também para as classes trabalhadoras.

Nas décadas seguintes, a educação no país viveu um grande período de crescimento das organizações populares, e contribuiu na resistência das classes populares no jogo de disputa de forças, que sustenta o capitalismo e o neoliberalismo. Os governos populares, que ganharam espaço na sociedade brasileira, se apoiaram em suas experiências dentro da educação popular para a criação de políticas educacionais, e a participação do povo se estendeu para campos como saúde, assistência social e cultural. Essas ações aconteceram dentro e fora das escolas, e mostram que a Educação popular possibilita uma conscientização e compreensão da realidade que ultrapassa muros, auxiliando nesse processo constante de reinventar o mundo.

5.2 EDUCAÇÃO POPULAR: UM RESGATE DA MEMÓRIA E ORALIDADE

Pudemos ver ao longo da contextualização histórica o funcionamento fechado do sistema educacional no Brasil, que se baseia ainda em práticas pedagógicas descontextualizadas da realidade dos sujeitos inseridos, afastando cada vez mais certos grupos sociais da escola. Freire deu início a um caminho diferente na educação trazendo nas suas teorias aplicadas a concepção do educando como sujeito modificador do seu próprio saber, fazendo com que o aluno interaja com o professor,

expondo os conhecimentos adquiridos, decodificando o que já aprendeu e reconstruindo o seu conhecimento baseado no mundo em que vive.

Paulo Freire trouxe a possibilidade de ver a educação como um processo de mediação, a qual se dá de forma mútua, não existindo um detentor do saber. O diálogo se constrói em cima da cultura dos sujeitos, mostrando a importância do saber ler e escrever relacionada diretamente à cultura de cada um, usando como tema central suas realidades, insumos que façam sentido na hora do aprendizado.

É nessa trajetória do conhecimento, passo a passo percorrida por cada um, dentro de seu tempo e espaço, que o resgate da memória se coloca numa posição de extrema importância no processo, pois além de desenvolver a expressão oral, expõe os conhecimentos prévios, suas histórias de vida, bagagem pessoais que possibilitam um maior diálogo e, nessa troca entre educador e educando, a possibilidade de absorção de novos saberes, expandindo o mundo de ambos. De acordo com Freire (2002, p. 254), “[...] o fundamental na alfabetização de adultos é que o alfabetizando descubra que o importante mesmo não é ler histórias alienadas e alienantes, mas fazer história e por ela ser feito”. Assim, é necessário que os docentes trabalhem de forma diferenciada, possibilitando a troca efetiva, de escuta e fala, para que esse diálogo sirva como instrumento facilitador do trabalho, possibilitando o protagonismo do sujeito no processo de aprendizagem, e assim possa criar estratégias de ressignificar seus conhecimentos e seu mundo.

[...] A conscientização é um compromisso histórico. É também consciência histórica: é inserção crítica na história, implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo. Exige que os homens criem sua existência com um material que a vida lhes oferece [...] A conscientização não está baseada sobre a consciência, de um lado, e o mundo, de outro; por outra parte, não pretende uma separação. Ao contrário, está baseada na relação consciência-mundo. (FREIRE, 1979, p. 15-26).

O educador precisa conhecer o universo vocabular dos sujeitos, entender o que tem mais valor e significado para cada um. Segundo Freire, essas palavras são identificadas como “palavras geradoras”, e carregam consigo a base para iniciar um trabalho a partir da realidade social, histórica e cultural dos alunos. O ponto central

dessa metodologia vai além do respeito com a cultura de cada sujeito e localidade, valorizando a memória e oralidade, ao resgatar a ancestralidade de cada um.

Desde o nascimento a linguagem oral está presente em nossas vidas, a todo momento, e por isso ela tem um papel relevante como objeto de ensino, pois facilita o processo de compreensão de mundo, além de construção e reconstrução de significados. Assim a escola precisa ultrapassar seus aspectos teóricos, integrar o universo do sujeito, impulsionando e explorando sua oralidade, a fim de romper as barreiras culturais que separam a escola da comunidade e abrir novas perspectivas, novos mundos.

5.3 UMA LUZ NO FIM DO TÚNEL: CONTRIBUIÇÕES PARA O ENSINO REGULAR

Início esse capítulo com um questionamento: Com os avanços e a redemocratização da sociedade novos dilemas e necessidades surgiram, e com isso é possível fazer educação popular dentro das escolas?

Para pensar na inclusão da Educação Popular é necessário repensar toda a ideia que temos de educação, que ainda nos tempos de hoje, acaba por tomar domínios restritos, determinados socialmente e que segregam os sujeitos que estão à margem.

O processo de escolarização surgiu com o crescimento do capitalismo e a necessidade de instrução da população. Com isso o sistema educacional acabou sendo construído em cima da divisão social de classe e divisão social do trabalho, resultando na hierarquização da educação e seus acessos. Dos tempos primórdios, até os atuais, a escola nasce e se desenvolve para suprir as necessidades da sociedade: econômicas, políticas e culturais, o que, infelizmente, não tem acompanhado os diversos avanços. Assim a educação segue seu formato tecnicista, bancário, que deposita normas e instruções sem referencial com a realidade dos sujeitos, e segue excluindo toda e qualquer diversidade que fuja da norma padrão (ROSSI; RODRIGUES; NEVES, 2009).

No ambiente escolar é comum encontrarmos o professor como o único transmissor de conhecimento, o “dono do saber”, e o aluno apenas como ouvinte,

passivo, como se não tivesse nada para contribuir. Essas práticas aplicadas desde cedo, da educação infantil até a vida adulta, acabam por deixar marcas nesse sujeito, que é domesticado e silenciado ao longo de sua vida escolar e, possivelmente, adulta. Segundo Bagno (1999) a trágica injustiça social no Brasil é gerada pelas graves diferenças de status sociais que explicam a existência de um verdadeiro abismo linguístico, entre os falantes das variedades não-padrão do português brasileiro, e os falantes da (suposta) variedade culta, em geral mal definida, que é a língua ensinada na escola.

É comum ver práticas educativas, em que professores e alunos com boa relação, sejam eficazes e facilitem o processo de aprendizagem. Podemos entender que isso ocorre porque estas práticas, além de humanizar as relações, permitem que os diferentes sujeitos, inseridos em seus diferentes contextos, ouvindo, escutando, discutindo e respeitando os diversos personagens do processo, participem e aprendam, e não simplesmente permaneçam de forma mecanizada respondendo a um modo de transmitir autoritário que caracteriza o ensino normativo e tradicional. E para que tudo isso se torne possível, é preciso que o diálogo seja a condição fundamental das relações entre educador e educando para que aconteçam as trocas de experiências, e assim, possibilite um outro olhar do educador para as suas práticas de educação.

A educação Popular se concretiza nesse processo de elaboração das próprias identidades, a mobilização individual e coletiva, a escuta associada ao diálogo, o compromisso de todos os personagens, e a capacidade de análise e reelaboração de realidades próximas e projeções longínquas desses sujeitos. Para Paulo Freire (1979) a educação não se faz de A para B, mas de A com B, mediatizados pelo mundo. Mundo que impressiona e desafia a uns e a outros. A leitura do mundo vem antes da leitura de palavras, e compreender esse processo é essencial para que o ensino/aprendizagem se consolide, através da conscientização e reconhecimento enquanto indivíduo, e o meio ao qual está inserido.

Diante dessa multiplicidade de cenários e atuantes, se faz cada dia mais necessário repensar as práticas educativas que estão sendo aplicadas em salas de aulas formais, e trazer uma concepção que vá contra a educação dominante, onde o saber é dado de cima para baixo; e que permita sua crítica e transformação em um

processo mais equânime, que surja dos interesses e necessidades de seus atores e não como imposição de um sistema que busca moldar e domesticar, tornando os sujeitos protagonistas de seus saberes desde o início da escolarização. Visto isso, a Educação Popular se propõe a superar as diferentes formas de opressão, por meio da ação cultural, visando o processo de transformação do sujeito e suas relações sociais. Nesta perspectiva o aluno não aprende a ler apenas palavras ou exercer o domínio de conhecimentos específicos, mas aprende também a se conscientizar de seu mundo, problematizando e assumindo criticamente a recriação de sua realidade.

Como é fácil perceber, o que está em jogo não é a simples “transformação” de um indivíduo, que vai deixar de ser um “sem-língua padrão” para tornar-se um falante da variedade culta. O que está em jogo é a transformação da sociedade como um todo, pois enquanto vivermos numa estrutura social cuja existência mesma exige desigualdades sociais profundas, toda tentativa de promover a “ascensão” social dos marginalizados é, senão hipócrita e cínica, pelo menos de uma boa intenção paternalista e ingênua. (BAGNO, 1999, p.70)

Essas perspectivas dão à educação popular um conceito muito mais abrangente, com capacidade de flexibilidade e reflexão, com abordagens educativas mais humanizadas e associadas aos sujeitos reais, tornando o processo formativo integral e qualificado humanamente, além de proporcionar a dimensão política e cultural aliada ao conhecimento que a escola proporciona. Isto oportuniza ao aluno objetivar seu mundo, revivendo a vida em profunda criticidade, reencontrando-se com e nos outros (FREIRE, 1981).

Por isso se faz cada vez mais importante pensar nas práticas educativas utilizadas nas salas de aula formais, de ensino regular, que ainda trazem resquícios de um ensino tecnicista, e que pouco se modificou do seu início até os dias atuais. A proposta deste trabalho visa promover a reflexão, com base nas pesquisas bibliográficas, sobre as inúmeras contribuições que a Educação Popular pode trazer para facilitar o processo de ensino, ao incluir a perspectiva social e humanizante. Esta direção de ensino e aprendizagem possibilita a construção de uma educação emancipatória, inclusiva, baseada nos saberes e tradições culturais. Assim é possível, através da Educação Popular, constituir práticas de resistência aos modelos tradicionais, apontando para uma visão mais politizada e ética do ensino, com superação das desigualdades sociais, que por sua vez, implica valorizar culturas, saberes e experiências de vida dos diferentes segmentos sociais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dessa pesquisa foi possível fazer um resgate histórico da educação no Brasil, entendendo melhor as condições em que o país se encontrava em épocas passadas e quais foram as influências no nascimento das escolas, instituições de ensino que se mantêm até os dias atuais. Foi possível, também, retomar a Educação Popular e seus desafios ao longo da história.

A Educação Popular está relacionada à mobilização e organização popular por direitos sociais. Apresenta-se como um meio de unificar diversas camadas sociais através da humanização da educação, em busca de uma transformação da realidade. A Educação Popular mostra-se como práxis, e não como uma teoria em substituição do ensino formal, deste modo apresenta a possibilidade de transformar esse espaço educacional em um local prazeroso, oferecendo oportunidades de novos conhecimentos, descobertas e aprendizagens, aproximando os sujeitos da escola. Ou seja, um espaço que respeite seus direitos, desejos e, sobretudo, seu tempo de maturação e aprendizagem, contribuindo para o seu pleno desenvolvimento, uma educação realmente efetiva. O que resulta na construção de uma escola com efetiva participação popular, oferecendo autonomia ao grupo, proporcionando a partilha de experiências com respeito à cultura de cada participante através do diálogo.

É sabido que a escola de hoje teve poucas mudanças do modelo originário e acompanhou poucos as evoluções sociais, sendo burocrática demais, pouco estimulante para os educadores e educandos, envelhecida nos seus métodos, práticas, procedimentos e currículos; cada vez mais se distancia da sociedade. A escola de hoje precisa partir de onde o sujeito está, das suas necessidades, preocupações, curiosidades, e construir um currículo que dialogue continuamente com a vida, com o cotidiano; uma escola situada no sujeito e não no conteúdo, que trate de questões centrais. Assim, para assumir uma prática mais efetiva se faz possível assumir algumas perspectivas da Educação Popular. A consolidação de uma prática transformadora da realidade social, tem como condição necessária o resgate do projeto popular, de valorização da educação pública e referência de qualidade, identificada com o contexto cultural e social, ou seja, de uma educação com as classes populares, em que o processo de ensino-aprendizagem acontece no protagonismo dos sujeitos.

Na concepção freireana de educação, a “leitura do mundo” é um dos elementos teórico-metodológicos centrais. É carregada de significado para todos aqueles envolvidos no processo educativo: é um tipo específico de relação entre o ser humano e o mundo. A leitura não é um simples olhar. Ela requer que certos códigos sejam decifrados e, por isso, supõe a atribuição de significados pelo sujeito no processo de codificação. Se falarmos de “leitura do mundo”, falamos então da “decifração” da realidade por meio da construção de simbologias interpretativas pelos sujeitos. Interpretamos a realidade a partir daquilo a que já, em algum momento de nossas vidas, fomos expostos (ASSUMPÇÃO; LANDGRAF; PRETURLAN, 2009).

Com as mudanças sócio-políticas, econômicas e tecnológicas decorrentes do processo da globalização se constituem novas formas de pensar a sociedade e o conhecimento. Dessa forma, o sistema educacional atual exige uma adaptação para acompanhar o avanço emergente das novas tecnologias e mudanças na sociedade. Sob este prisma é necessário a construção de uma escola cidadã, pública, democrática e autônoma, que seja para todos, que faça parte de um sistema único público e descentralizador.

Portanto acredito que a Educação Popular pode contribuir para uma relação educativa que vai além do trabalho com os conteúdos escolares. Ela busca a formação integral dos alunos enquanto sujeitos, resultantes da cultura dos atuantes na sua transformação; ao invés de objetivar o homem como coisa, visa tratar o sujeito como um ser social comprometido com as causas sociais de seu tempo, autônomo e fundamentalmente transformador.

Por fim, concluo que as matrizes que fundamentam a Educação Popular são: uma educação voltada para as necessidades e interesses dos sujeitos, que tenha por base o diálogo entre educador e educando; o estímulo à memória e oralidade para uma educação crítica com temas e conteúdos significativos para a realidade dos educandos; uma educação com temas universais, nacionais e regionais, e que dialoga com a cultura regional e local. Foi por acreditar na relevância deste assunto, e suas possibilidades de contribuição para as práticas em sala de aula, que escolhi refletir sobre o tema, e assim incentivar que se mantenha uma pesquisa constante da educação, propiciando práticas de ensino mais entrelaçadas com as evoluções da sociedade e seus diferentes sujeitos, e não retrógradas e hierárquicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANHA, Maria Lúcia. **História da educação**. São Paulo: Moderna, 2006.
- ASSUMPÇÃO, Raiana; LANDGRAF, Flávia Landucci e PRETURLAN, Renata Barreto. **Leitura de mundo na perspectiva freireana: desafios contemporâneos**. In.: Raiane Assumpção (Org.). São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.
- BRANDÃO, C.R. **História do menino que lia o mundo**. 3. ed. Veranópolis/RS: Iterra – Instituto de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária, 2001.
- FREIRE, P e FREIRE, A. M. A. (org.) **Pedagogia dos sonhos possíveis: A arte de tornar possível o impossível**. São Paulo: Unesp, 2001.
- FREIRE, P. A educação é um que fazer neutro? Em: GADOTTI, Moacir, **História das Ideias Pedagógicas**. São Paulo: Ática, 2002.
- FREIRE, P. Escola pública e educação popular. Em: **Política e educação: ensaios**. 5ª. Ed. São Paulo: Cortez, 1992. p. 47-52.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 10ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 2004
- FASHEH, M. 1995. Aprendendo a sobreviver *In: C. POSTER; J. ZIMMER (orgs.), Educação comunitária no Terceiro Mundo*. Campinas, Papirus.
- GADOTTI, Moacir. **Organização do trabalho na escola: alguns pressupostos**. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- JAEGER, Werner Wilhelm, 1888-1961. **Paideia: a formação do homem grego**. Trad. Artur M. Parreira. 4ª Ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1995.

ROSSI, Ednéia Regina; RODRIGUES, Elaine; NEVES, Fátima Maria (Orgs.). **Fundamentos históricos da Educação no Brasil: 2.** Ed. Revisada e ampliada. Maringá: EDUEM, 2009. P. 89-102. (Formação de Professores – EAD, n. 4).

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico - crítica primeiras aproximações.** – 9ª Ed. Campinas SP: Autores associados, 2000

SAVIANI, Demerval. **História das idéias pedagógicas no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2008.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. **História e Memórias da educação no Brasil – Século XX.** Petrópolis: Vozes, 2005.

VESCHI, Benjamin. Etimologia de Escola. **Etimologia**, 2019. Disponível em: <https://etimologia.com.br/escola/>. Disponível em: dez/2021.

XAVIER, Maria Elizabete, RIBEIRO, Maria Luiza e NORONHA, Olinda Maria. **História da educação: a escola no Brasil.** São Paulo: FTD, 1994.